

## Informe

informe@ofluminense.com.br

### PL propõe mudança na gestão de fundo

O Projeto de Lei 5498/19, em análise na Câmara dos Deputados, inclui os presidentes da Comissão de Cultura da Casa e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado na Composição do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). A matéria altera a Lei 11.437/06, que hoje prevê que o comitê é constituído por representantes do Ministério da Cultura (extinto em 2019), da Ancine, das instituições financeiras credenciadas e do setor audiovisual. "A participação de representantes das comissões no Comitê Gestor do FSA contribuirá para melhora da tomada de decisões do órgão", afirma o deputado Marcelo Calero (Cidadania-RJ), autor do projeto.

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



O deputado Marcelo Calero (Cidadania-RJ) quer mudar a gestão do FSA

### Reforço nas fronteiras

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode aprovar em 2020 um reforço nos investimentos em segurança das fronteiras do país. Está na pauta da comissão, com relatório favorável, um projeto do senador Jayma Campos (DEM-MT), que destina verbas do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para a finalidade. O texto incluiu na lei de criação do FNSP (13.756/2018) o objetivo de investir em serviços e obras para defesa e segurança na faixa de fronteira. A Constituição define esse território como faixa de até 150 quilômetros de largura ao longo de todas as fronteiras terrestres.

### Transportes sob o crivo da população

Um Projeto de Lei que tramita na Câmara dos Deputados pretende instituir a realização de pesquisas de opinião dos usuários, identificados por CPF, para avaliar os serviços de transporte público concedidos à iniciativa privada. "O momento atual exige do Parlamento uma nova postura construtiva para o aperfeiçoamento da democracia, a partir dos alicerces da legitimidade e da representatividade da cidadania", afirmou o autor do PL 5758/19, Eduardo Bismarck (PDT-CE). Segundo o texto, a consulta será realizada duas vezes por ano.

### Fim do sigilo em concessões

Um PL, que tramita pelas comissões da Câmara dos Deputados, de autoria de Hugo Leal (PSD-RJ), quer retirar o caráter sigiloso do processo administrativo destinado a apurar infrações e penalidade no descumprimento dos deveres estabelecidos nos contratos de concessão, permissão e autorização de competência das agências nacionais de transportes. Para Leal, o sigilo contradiz a perspectiva de transparência como dever da administração pública e direito da sociedade. "Não há motivos para que processos envolvendo atividades estatais, que impactam direta e amplamente a coletividade, estejam sob escudo do sigilo", defende o parlamentar.

### Concursados convocados em SG

A Prefeitura de São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio, deu início à convocação dos aprovados do último concurso da saúde. Nesta terça-feira (7), 52 profissionais da área médica foram convocados para tomar posse no Departamento de Recursos Humanos. Os profissionais classificados obtiveram habilitação por meio do certame realizado em 2016. Com o chamamento, a expectativa é que o atendimento seja ampliado e melhorado nas unidades de saúde. Todos os profissionais convocados têm 30 dias para fazer a avaliação médica pericial.

Marcos Oliveira/Agência Senado



Relator do projeto, Marcos do Val deu parecer favorável à medida

### Cooperação com Moçambique

Já está pronto para votação em Plenário o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 631/2019 que trata do acordo de cooperação técnica entre Brasil e Moçambique para diversificar a presença empresarial brasileira no país africano, estimular exportações e promover a integração produtiva entre os dois países. O senador Marcos do Val, relator do projeto, é favorável ao acordo por entender que pode ajudar no desenvolvimento dos dois países.

# Bolsonaro diz querer manter relações comerciais com Irã

Mas presidente também afirma que repudia o terrorismo em qualquer lugar

Marcelo Camargo/Agência Brasil



O presidente Jair Bolsonaro chega ao Ministério da Defesa para reunião

O presidente Jair Bolsonaro disse nesta terça (7) que o Brasil pretende manter as relações comerciais com o Irã e afirmou que repudia o terrorismo. "Nós repudiamos o terrorismo em qualquer lugar do mundo e ponto final. Temos comércio com o Irã e vamos continuar esse comércio", disse, ao deixar o Palácio da Alvorada de manhã.

Na semana passada, o governo brasileiro manifestou seu apoio "à luta contra o flagelo do terrorismo". A nota do Ministério das Relações Exteriores foi divulgada um dia após a ação ordenada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ter matado Qassem Soleimani, principal general iraniano e considerado por muitos analistas como o segundo homem mais poderoso do governo iraniano. O ataque ocorreu nas proximidades do Aeroporto de Bagdá, capital do Iraque. O Itamaraty, entretanto, não comentou a morte do general iraniano, mas condenou o ataque à embaixada dos Estados Unidos em Bagdá, ocorrido dias antes.

Nesta semana, o Ministério das Relações Exteriores do Irã convocou os representantes diplomáticos brasileiros a comparecerem à chancelaria iraniana para explicar o teor da nota divulgada no último dia 3. A convocação foi atendida pela

encarregada de Negócios do Brasil em Teerã, Maria Cristina Lopes.

Bolsonaro também disse nesta terça que vai conversar com o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, sobre a possibilidade de pedir uma reunião com os diplomatas iranianos no Brasil. Para o presidente, o governo tem que ter a capacidade de se antecipar a problemas.

No final da manhã, Bolsonaro esteve reunido com o ministro da Defesa, Fernando Azevedo, e com os comandantes das Forças Armadas, no Ministério da Defesa. Em conversa rápida com jornalistas depois da reunião, Azevedo disse que a pauta do encontro foi aberta e que conversaram sobre a conjuntura internacional, regional e nacional, mas não especificou o que foi tratado sobre as relações com o Irã.

Enterro - Pelo menos 40 pessoas morreram pisoteadas e 213 estão feridas após uma debandada nas ruas de Kerman, onde ocorreram nesta terça as cerimônias fúnebres de Qassem Soleimani. Dezenas de milhares de pessoas estiveram nas ruas da cidade natal daquele que é considerado um herói do Irã.

As cerimônias desta terça, durante as quais o povo iraniano continuou a exigir vingança contra os Estados Unidos, marcaram o final de três dias do luto nacional.

"Infelizmente, como resultado da desordem, alguns dos nossos compatriotas ficaram feridos e outros morreram durante as cerimônias fúnebres", disse o chefe dos serviços de emergência do país à televisão estatal iraniana Press TV.

Momentos antes, o líder da Guarda Revolucionária do Irã, Hossein Salami, ameaçou incendiar lugares próximos dos Estados Unidos, provocando gritos de "Morte a Israel!" entre a multidão que se encontrava na praça central de Kerman para assistir ao funeral.

Antes destas declarações, o Parlamento iraniano tinha anunciado a aprovação de uma lei que classifica todas as forças armadas norte-americanas como terroristas. ■

# Ministério da Saúde quer zerar fila de espera por cirurgias eletivas

Para os municípios do Rio de Janeiro serão repassados R\$ 20,55 milhões

Elza Fiuza/Agência Brasil



O Ministério reservou R\$ 250 milhões para as cirurgias eletivas pelo SUS

O Ministério da Saúde reservou R\$ 250 milhões a mais para aumentar o número de cirurgias eletivas a serem realizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Os repasses começam a ser feitos já em janeiro para diminuir as filas para 53 tipos de procedimentos que incluem catarata, varizes, hérnia, vasectomia e laqueadura, além de cirurgia de astroplastia de quadril e joelho, entre outras com grande demanda. Para o Rio de Janeiro serão repassados R\$ 20,55 milhões.

Os procedimentos com maior demanda são os oftalmológicos, para tratamento de catarata e de suas consequências, e para tratamento de doenças da retina, seguidos de cirurgia para correção de hérnias e retirada da vesícula biliar.

De acordo com o Ministério da Saúde a expectativa é zerar a fila de espera de

pacientes que aguardam por esses procedimentos, que não têm caráter de urgência e

são de média complexidade.

As cirurgias eletivas fazem parte do atendimento diário oferecido à população em hospitais de todo o país. Dados registrados no sistema de informação do SUS mostram que ao longo de 2018 foram realizadas 2,4 milhões de cirurgias eletivas em todo país. Até outubro de 2019, foram 2 milhões de procedimentos realizados em todos os estados brasileiros.

Os gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal, responsáveis pela organização e pela definição dos critérios que garantam o acesso do paciente aos procedimentos cirúrgicos eletivos, podem se programar para a utilização dos recursos de acordo com as demandas da população de cada estado. ■

# Facebook proíbe a publicação dos chamados 'deepfakes'

Plataforma vai remover imagens alteradas para distorcer realidade

O Facebook proibiu a publicação de imagens alteradas de forma fraudulenta para distorcer a realidade e confundir pessoas, conhecidas também pelo termo em inglês deepfakes. Vídeos que forem enquadrados nesta categoria e cumprirem determinados critérios serão removidos da plataforma.

Este tipo de conteúdo é uma intensificação de conteúdos falsos, também chamada de fake news. Contudo, diferentemente de textos enganosos ou montagem de imagens, os vídeos deepfakes podem trazer uma pessoa com um discurso fabricado, dando uma maior sensação equivocada de veracidade para o conteúdo.

A nova política do Facebook prevê a remoção de vídeos em casos em que foram editados ou alterados de forma que não fique claro para um usuário, e possam enganar quem assiste, levando-o a acreditar que um personagem do vídeo disse algo que na verdade não falou.

Também serão vetados vídeos que sejam produtos de sistemas de inteligência artificial ou de aprendizado de máquina que mesclam, substituem ou sobrepõem conteúdo em um vídeo, fazendo parecer que as imagens mostradas são autênticas.

Ficam excluídos das publicações que poderão ser derrubadas aquelas que se configu-

rem como paródia ou sátira, bem como edições voltadas a corrigir aspectos técnicos (como cor ou brilho) ou para mudar a ordem de palavras.

Além disso, seguem suscetíveis de retirada pela administração da plataforma os posts que violem as suas normas internas, os chamados "Padrões da Comunidade". Eles abordam diversos aspectos e proíbem mensagens em diversas categorias, como exibição de violência extrema, discurso de ódio, apologia ao terrorismo e comportamento não autêntico.

Os vídeos que não forem enquadrados nos critérios definidos não serão automaticamente removidos, mas

podem ser objeto das medidas destinadas à desinformação. O Facebook não retira esse tipo de publicação, mas elas podem ser verificadas por agências de checagem e identificadas enquanto tal aos usuários por meio de um alerta, além de ter a distribuição reduzida no feed de notícias.

"Se nós simplesmente removêssemos vídeos marcados por checkadores de fatos como falsos, os vídeos iriam ainda estar disponíveis em outros lugares na internet ou nas redes sociais. Ao identificá-los como falsos, estamos provendo às pessoas informação e contexto importantes", justificou a vice-presidente de Políticas Globais do Facebook, Monica Bickert. ■